

EDUCAÇÃO E SAÚDE NAS DISSERTAÇÕES E TESES EM ENSINO DE BIOLOGIA: UM ESTUDO PRELIMINAR

Maria Grazielle Bossi da Silva

Faculdades Unidas de Pesquisa, Ciências e Saúde
grazibossi@hotmail.com

Paulo Marcelo M. Teixeira

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
paulommt@hotmail.com

Resumo

O artigo traz parte dos resultados de pesquisa desenvolvida sobre um subconjunto de dissertações e teses em Ensino de Biologia. Considerando 1000 trabalhos identificados em Ensino de Biologia no país, defendidos no período 1972-2011, selecionamos 51 referentes a estudos que relacionam Educação e Saúde e ensino de Ciências/Biologia. Dados preliminares e informações sobre este grupo específico de estudos são explicitados, descrevendo algumas de suas características e tendências, num trabalho baseado na análise dos seguintes descritores: ano de defesa, instituições de origem, distribuição geográfica, titulação, nível de ensino, focos temáticos e gêneros de trabalho acadêmico.

Palavras chave: dissertações, teses, ensino de biologia, educação-saúde.

Abstract

The article presents part of the research results developed on a subset of dissertations and theses in Biology teaching. Considering 1000 work identified in Biology teaching in Brazil, defended in the period from 1972 to 2011, we selected 51 related to studies linking education and health and education Sciences/Biology. Preliminary data and information on this specific study group are explained, describing some of its characteristics and trends, a work based on the analysis of the following descriptors: year of defense, institutions, geographical distribution, academic degree, educational level, thematic focus and type of academic work.

Key words: research, biology teaching, thesis, dissertations, education, health.

Introdução

As temáticas vinculadas à saúde tradicionalmente fazem parte dos conteúdos trabalhados no ensino de Ciências/Biologia. Como assinalam Mohr e Venturi (2013) “a Educação em Saúde, por seus conteúdos e práticas, é um componente curricular fortemente identificado com o ensino de Ciências e de Biologia” (p. 2348).

Acompanhando a literatura na área ao longo do tempo, notamos que o conceito de saúde deixou de ser vinculado a uma visão simplista, associada somente à ausência de doença, para

incorporar uma visão mais complexa e abrangente. Sua elaboração foi influenciada pela *VIII Conferência Nacional de Saúde*, em 1986, que re-dimensionou o próprio conceito de saúde e foi fruto de intensa mobilização, estabelecida em diversos países da América Latina durante as décadas de 1970 e 1980, como resposta aos regimes autoritários e à crise dos sistemas públicos de saúde (BATISTELLA, 2007). De acordo com esse conceito mais amplo:

(...) a saúde é a resultante das condições de alimentação, habitação, educação, renda, meio ambiente, trabalho, transporte, emprego, lazer, liberdade, acesso e posse da terra e acesso aos serviços de saúde. Sendo assim, é principalmente resultado das formas de organização social, de produção, as quais podem gerar grandes desigualdades nos níveis de vida (BRASIL, 1986. p. 4).

De acordo com Silveira e Castellani (1990), mesmo sendo um conceito abrangente, não é o único referencial utilizado por profissionais da área de saúde, sobretudo quando pensamos no ensino de Ciências e Biologia, de modo que o fenômeno saúde/doença pode ser tratado pelo menos em três diferentes perspectivas. O primeiro representa a relação saúde-doença enquanto processo biológico de um indivíduo ou parte dele. O estado de doença seria causado por um agente biológico capaz de provocar alterações no organismo. Apesar de essa visão ter sido muito utilizada em pesquisas da área médica e ter gerado significativo conhecimento, ela não permite uma discussão de aspectos sociais e históricos. O segundo nível tende a adotar linha de pensamento um pouco mais complexa, pois, além de considerar os agentes biológicos, também leva em conta, as condições de adaptação entre o hospedeiro e o agente causador da doença, bem como as relações que se estabelecem com o ambiente. Essa visão permite não só associar a doença ao agente causador, mas também às condições do ambiente no qual o indivíduo mora ou trabalha. A terceira visão assume o fenômeno saúde-doença como problemática social, ou seja, neste caso, a saúde resulta das formas pelas quais a sociedade se organiza; há a preocupação em determinar qual é a problemática de saúde que dela emerge num determinado momento histórico. Assim, pode-se identificar as causas que, ao longo do tempo, geram e sustentam o fenômeno saúde-doença, além de entender como as doenças se distribuem em determinada população e quais as patologias características de grupos específicos ou classe social.

Apesar da amplitude do conceito de saúde, ao levarmos essa discussão para o âmbito escolar nos deparamos com o fato de as relações saúde-doença ainda serem abordadas de modo reducionista, devido a uma série de questões que vão desde a herança de um modelo de ensino que vigorou por certo tempo na educação brasileira até a formação dos profissionais responsáveis pela educação em saúde (MOHR; VENTURI, 2013).

No que diz respeito à implementação da educação em saúde escolar, um marco de referência é Lei n. 5.692/71, ao determinar que as ações deveriam acontecer ao longo de todo o 1º e 2º graus, dentro dos denominados “Programas de Saúde”, com o objetivo de estimular o conhecimento e a prática da saúde básica e da higiene (MOHR, 2002). De acordo com Silveira e Castellani (1990), as aulas de Programas de Saúde veiculavam uma visão reducionista de saúde, uma vez que esta era concebida como valor individual, ou seja, cada indivíduo deveria zelar por sua própria saúde, apropriando-se das informações mais precisas para evitar doenças. Em 1996, com a promulgação da Lei 9.394 (LDB) os Programas de Saúde foram suprimidos. Simultaneamente com a promulgação da LDB, foram iniciadas no MEC discussões sobre os *Parâmetros Curriculares Nacionais* para a educação básica. Com efeito, foram elaborados novos parâmetros para as disciplinas tradicionais, além da proposta de implementação de temas transversais para contemplar questões como ética, pluralidade cultural, meio ambiente, orientação sexual e saúde (BRASIL, 1998). Esses temas foram estabelecidos na tentativa de gerar mudanças na rígida estrutura curricular utilizada na escola brasileira. Houve a tentativa de ampliar a visão sobre os próprios conteúdos, tanto é que

passamos a falar em conteúdos conceituais, atitudinais e procedimentais e a tomar conceitos como contextualização e interdisciplinaridade como fundamentos para quebrar a rigidez disciplinar e o isolamento das disciplinas entre si.

Percebemos que apesar das limitações do documento e de suas propostas, houve algum avanço do ponto de vista curricular, em que a saúde deixa de ser considerada sob um aspecto reducionista e passa a ser encarada sob um enfoque mais amplo, culminando com os objetivos da educação em saúde (ES). Atualmente, a ES é considerada um campo multifacetado, para o qual convergem diversas concepções, tanto da área da educação, quanto da saúde, as quais espelham diferentes compreensões do mundo, demarcadas por distintas posições político-filosóficas sobre o homem e a sociedade. Ao conceito de ES se sobrepõe o conceito de promoção da saúde, uma visão mais ampla, incluindo processo que abrange a participação de toda a população no contexto da vida cotidiana e não apenas das pessoas sob o risco de adoecer. Essa visão está centrada em um conceito de saúde ampliado, considerado como um estado positivo e dinâmico de busca do bem-estar, integrando os aspectos físicos e mental, ambiental, pessoal/emocional e sócio-ecológico (comprometimento com a igualdade social e com a preservação da natureza) (SCHALL; STRUCHINER, 1999, p. 4).

Ao analisar a questão da transversalidade da saúde nos PCNs, Mohr (2002) ressalta que apesar da ES ser considerada tema transversal, é a disciplina de Ciências que tem se responsabilizado pelo desenvolvimento dessa temática nas escolas. Segundo a referida autora isso acontece devido a alguns fatores como: o fato de os conteúdos relacionados ao tema estarem centrados em aspectos anatômicos e fisiológicos dos processos de saúde-doença do desenvolvimento humano, limitando-se a uma abordagem de caráter biomédico; à formação dos professores de Ciências, especialmente aqueles formados nos cursos de Ciências Biológicas, faz com que estes se encarreguem da Educação e Saúde; além de, muitas vezes, o tema constar somente nos livros didáticos das disciplinas de Ciências e Biologia.

Considerando este contexto, explicitamos nosso objetivo de pesquisa. Uma vez que historicamente a educação em saúde no Brasil está sob a responsabilidade das disciplinas de Ciências/Biologia, surge o interesse em compreender como essas ações vêm se desenvolvendo. Para buscar essas informações nos debruçamos sobre a produção acadêmica brasileira na área de Ensino de Biologia com o seguinte questionamento: o que sabemos sobre as dissertações e teses em Ensino de Biologia que versam sobre questões relacionadas à **Educação e/em Saúde**? Além de examinar características mais gerais vinculadas a esse recorte de estudo, consideramos também a perspectiva de procurar compreender como esses trabalhos tomam as relações entre educação, ensino de Ciências/Biologia e saúde, ou seja, qual a concepção de educação em saúde é adotada pelo conjunto de DTs examinadas na pesquisa? Temos uma produção que se caracteriza pela abordagem reducionista ou restrita na análise das relações saúde-doença ou uma produção que assume posição mais abrangente, que toma as relações educação-saúde no contexto social, político, econômico, cultural enfrentado pela sociedade brasileira ao longo de sua história? Aqui apresentamos resultados preliminares dessa pesquisa, com a explicitação de dados sobre a primeira parte da investigação realizada.

Aspectos Metodológicos

O trabalho caracteriza-se como **uma pesquisa de análise documental**. A opção por investigar Dissertações e Teses (DTs) se explica já que boa parte das investigações realizadas nas instituições de ensino superior vincula-se aos cursos de mestrado e doutorado, espaços privilegiados de pesquisa e produção de conhecimento. Assim, entendemos que essa produção é significativo indicador daquilo que as instituições realizam enquanto pesquisa,

particularmente nas áreas de Educação e Ensino de Ciências (MEGID NETO, 1999; TEIXEIRA, 2008). Parcela significativa desses estudos refere-se a trabalhos focalizando, no todo ou em parte, o Ensino de Biologia (EB). O período de abrangência da pesquisa começa em 1972, ano em que os primeiros trabalhos foram defendidos no país. O marco final é 2011, estabelecido para finalizar a coleta de dados junto aos sistemas de informação bibliográfica.

Na parte principal da coleta de dados, finalizada em 2014, foram identificadas 1.000 DTs em EB obtidas por meio do projeto de pesquisa “40 anos da pesquisa em ensino de Biologia no Brasil: um estudo sobre DTs”. As informações relativas às DTs foram obtidas no Banco de Teses - CAPES, Banco de Teses do CEDOC/FE/UNICAMP, Catálogo de DTs em Ensino de Biologia (TEIXEIRA, 2012) e informações encontradas nos sites vinculados aos programas de pós-graduação disseminados pelo país. Portanto, as 1000 DTs inicialmente identificadas constituem o universo de estudos que deu suporte para esta etapa da investigação. Neste caso, nosso recorte envolveu a seleção dos trabalhos nos quais os autores priorizaram explicitamente as questões relacionadas à *Educação e/em Saúde* e em sua interface com aspectos relacionados ao Ensino de Ciências/Biologia. A triagem das DTs de interesse para a investigação foi realizada por meio da análise de palavras-chave encontradas nos resumos e títulos de cada trabalho. As palavras-chave empregadas no processo de busca foram: saúde, educação em saúde, ensino de saúde, ensino de Biologia e saúde, educação e saúde, etc. Ao final do processo de busca foram obtidas 51 DTs, consideradas como o nosso *corpus* de análise. A partir da identificação desses documentos, organizamos seus respectivos resumos e referências bibliográficas, além de realizar a leitura de partes relevantes dos originais de cada uma das DTs, fixando as principais informações em fichas de análise. A leitura atenta dessas fichas permitiu, por meio de análise de conteúdo, o desenvolvimento de uma classificação, conforme as seguintes categorias: a) **base institucional**: ano de defesa, evolução quantitativa da produção, distribuição geográfica, instituições de origem dos trabalhos, titulação; b) **características gerais**: nível escolar, focos temáticos e problemáticas investigadas, natureza do trabalho acadêmico. Ao longo do artigo denominaremos o lote de 51 DTs sob análise por meio do seguinte código: EB-ES (Ensino de Biologia-Educação/Saúde).

Resultados e Discussão

Base institucional

Ao detectar os estudos que estabelecem conexões com a temática da saúde junto ao universo das 1.000 DTs em EB defendidas no Brasil, no período 1972-2011, identificamos 51 documentos, correspondendo a aproximadamente 5% da totalidade das DTs voltadas para o EB. O primeiro estudo identificado surge em 1979, em seguida há um intervalo até o início da década de 1990, com a conclusão de mais três estudos. A maior parte das DTs detectadas localiza-se no intervalo 2000-2011 (47 docs.), ou seja, notamos significativa intensificação da produção dedicada às questões de **educação-saúde** nos últimos anos do intervalo investigado, período que concentra 92% dos estudos detectados. A nosso ver, esse movimento de crescimento associa-se, naturalmente, aos processos de expansão e diversificação da pós-graduação no setor educacional e de formação e consolidação da pesquisa em Ensino de Ciências no país (TEIXEIRA, 2008; TEIXEIRA; MEGID NETO, 2011), mas também é sinal de um maior interesse dos pesquisadores ligados à referida área em relação às temáticas que articulam EB a questões diversas sobre a saúde.

Ao examinar a distribuição geográfica e institucional das 51 DTs em **Educação-Saúde**, constatamos que há trabalhos oriundos de todas as regiões brasileiras, contudo há forte

concentração nas regiões sudeste (34 docs.) e sul (11 docs.), contemplando juntas, cerca de 88% da produção detectada. As demais regiões aparecem com um número reduzido de trabalhos: norte: 1 documento (doc.); nordeste: 3 docs.; centro-oeste: 2 docs. Identificamos DTs em 17 diferentes instituições, porém são poucas as que agregam número significativo de trabalhos ligados à temática de nosso interesse: são elas: UNESP (9 docs.), FIOCRUZ (7 docs.), USP (4 docs.) e UFSC (4 docs.). A distribuição conforme a natureza das instituições confirma o predomínio das públicas, com 41 DTs, representando cerca de 80% do conjunto de estudos analisados; as instituições privadas comparecem como responsáveis em apenas 10 trabalhos. Tais dados confirmam a ideia de que a pesquisa no campo da Educação e do Ensino de Ciências e Biologia é produzida e financiada basicamente com recursos públicos (MEGID NETO, 2014). Veja-se figura 1:

Natureza da IES	Tipo	DTs por IES	Quantidade DTs
Pública	Federal	24	41
	Estadual	17	
Privada	--	10	10
TOTAL	--	51	51

Figura 1 – Tabela da distribuição das 51 DTs EB – ES segundo a natureza das instituições. Fonte: Autores.

Em relação aos tipos de programas de pós-graduação geradores dessas DTs, identificamos 11 programas diferentes. Constatamos que a maior parte dos estudos sob investigação (61%) são provenientes de cursos de mestrado e doutorado alocados em programas específicos da área de Educação em Ciências. Na sequência temos 16% dos trabalhos produzidos em programas da área de Educação; 10% dos trabalhos oriundos da área de Saúde Pública/Coletiva; os demais programas identificados comparecem com apenas um trabalho cada. Veja-se figura 2:

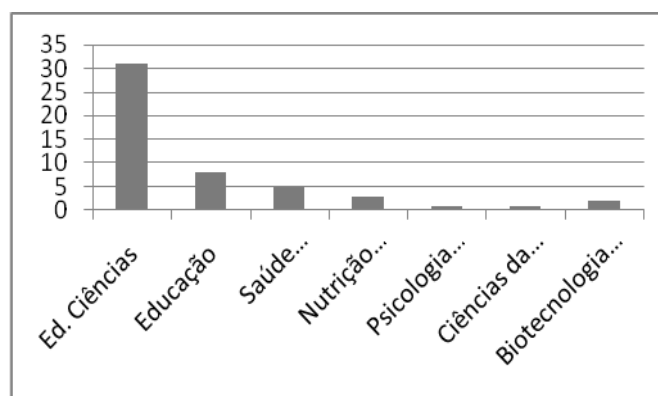


Figura 2. Gráfico da distribuição das 51 DTs EB-ES segundo os tipos de programas em que esses trabalhos foram desenvolvidos. Fonte: autores.

Quanto à titulação há incidência maior das dissertações, com 44 documentos; quatro documentos se referem a programas de mestrado profissional. As teses de doutorado somam apenas sete estudos.

Características Gerais

Em relação ao nível escolar há predominância de trabalhos dedicados à educação básica (40 docs.) com destaque para estudos dedicados ao ensino médio (EM – 15 docs.) e ensino fundamental – anos finais (EF2 – 13 docs.). Esses números destoam da produção acadêmica em Ensino de Biologia, cuja predominância de estudos se dedica ao ensino médio e educação superior (TEIXEIRA, 2012; TEIXEIRA; MEGID NETO, 2011). Podemos especular que tais dados se justificam pelo fato da Educação em Saúde ser objetivo fortemente ligado ao Ensino

de Ciências Naturais, inclusive sendo tomado como tema transversal, como preconizam os documentos curriculares nacionais para a educação básica.

No que diz respeito a focos temáticos, detectamos que os estudos examinados se dedicam à investigação de várias problemáticas. Contudo, há número maior de trabalhos versando sobre recursos didáticos (15 docs.), conteúdos e métodos (10) e características do aluno (8).

Entre os trabalhos que investigam “recursos didáticos”, três estudos se dedicam a avaliar a aplicabilidade de materiais alternativos, como histórias em quadrinhos, jogo didático e manual de ensino para serem utilizados como ferramenta no ensino de assuntos como hanseníase, dengue e esquistossomose, respectivamente. O material produzido sobre hanseníase faz uma abordagem em relação à instrução de crianças sobre os conceitos básicos de imunologia e doenças infecciosas, numa abordagem reducionista da relação saúde/doença. Já os materiais produzidos sobre dengue e esquistossomose objetivam explorar conceitos considerados importantes para a prevenção das referidas doenças, fazendo relação entre o ciclo biológico dos agentes transmissores e vetores de ambas as doenças, além dos condicionantes biológicos sociais de sua proliferação. O material sobre esquistossomose também aborda as formas de tratamento da doença.

Os outros 12 trabalhos se dedicam a avaliar como determinados conteúdos relativos à saúde são apresentados nos manuais didáticos. Seis estudos estão relacionados a pesquisas sobre a abordagem de conceitos específicos como doença genética, corpo, sistema sanguíneo, sistema imunológico, patologia, tuberculose e hanseníase. São estudos que avaliam como esses conceitos são abordados pelos livros didáticos, considerando a correção e a qualidade das informações e se favorecem o entendimento do assunto por parte dos estudantes. Os outros quatro trabalhos analisam se os livros didáticos tratam de conceitos como os de saúde (2 docs.), educação nutricional e a leishmaniose. Além dos aspectos considerados acima, esses trabalhos também analisam se os livros fazem uma abordagem que favoreça a promoção da saúde. De modo geral, esses trabalhos identificam uma série de incorreções do ponto de vista conceitual, informações consideradas incompletas, desatualizadas ou descontextualizadas, omissões de conteúdo, abordagens que não favorecem a promoção da saúde etc. Alguns estudos relacionam os erros apresentados nos livros com os erros apresentados pelos professores (FRANÇA, 2011).

Nos estudos classificados como “conteúdo e método” identificamos duas linhas principais de investigação predominantes. A primeira se dedica a investigar como os conteúdos relacionados à saúde são abordados em sala de aula (2 docs.). Um estudo tem como foco o conceito de saúde e o outro o conteúdo “nutrição humana”. Ambos os trabalhos mostram que o ensino desses temas não ocorre como preconizado pelos PCNs, apresentando-se fragmentado e desvinculado do contexto social; a dinâmica da sala se limita ao acompanhamento do livro didático e a curiosidade dos alunos é permanente frustrada pela ausência de respostas a seus questionamentos. A segunda linha de investigação corresponde a estudos que analisam a aplicação de propostas de ensino (sequências didáticas) e seu impacto na aprendizagem e/ou formação dos alunos (8 docs.). Há estudos que se limitam a avaliar a aplicabilidade da proposta, verificando se houve aprendizagem dos conceitos trabalhados e outros que se dedicam a analisar propostas de ensino contextualizadas com a realidade dos alunos, visando à alfabetização científica e a promoção da saúde dos estudantes.

Nos estudos dedicados a investigar as características dos alunos há preocupação em identificar e compreender as concepções/representações dos estudantes sobre diversas temáticas relacionadas à saúde como dengue, parasitoses, problemas ambientais, nutrição etc. De modo geral, esses estudos mostram que o conhecimento dos alunos é incipiente, limitado ao senso comum, com grande influência de informações veiculadas na TV, evidenciando que

não há implicações significativas dos conteúdos ensinados na escola sobre a vida dos alunos.

Os outros focos temáticos comparecem com número menor de trabalhos: características dos professores (6 docs.), currículos e programas (5 docs.), educação informal (4 docs.), formação de professores (1 doc) e formação de conceitos (1 doc).

Em relação à natureza dos trabalhos (gêneros de trabalho acadêmico), a análise do conjunto das DTs permitiu delimitar uma classificação considerando basicamente duas possibilidades. Este procedimento foi inspirado na classificação dos estudos acadêmicos formulada por Soares e Maciel (2000). Classificamos como estudo de natureza **empírico-descritiva** aquelas DTs caracterizadas pela realização de pesquisa, com a efetiva coleta de dados, mas pela ausência de intervenções envolvendo o objeto de estudo em foco. Neste caso, consideramos como pesquisas descritivas aquelas que investigam como os livros didáticos abrangem os temas de saúde, como determinado conteúdo vinculado às questões de saúde é abordado em sala de aula, quais as concepções e representações de alunos e professores, qual o impacto de propostas de ensino que focalizam o ensino de saúde etc. Com efeito, as pesquisas classificadas como empírico-descritivas representaram 88% dos documentos investigados. Por fim, as DTs caracterizadas como de **intervenção** são demarcadas pela realização de uma pesquisa que se conjuga com ação ou pela implementação de propostas de intervenção voltadas para diversos aspectos referentes à relação educação-saúde. Cerca de 12% dos estudos, se caracterizaram dentro deste grupo, por realizarem ações voltadas para a conscientização de alunos sobre diversos temas de saúde, visando a formação do cidadão consciente, capaz de tomar decisões relacionadas a promoção da saúde.

No que diz respeito aos temas investigados nesses estudos, identificamos 28 diferentes temáticas. Temos uma série de estudos que se dedicam a investigar doenças (conceito de doença, doenças infecciosas, doenças parasitárias, doenças genéticas), há também estudos sobre nutrição, drogas, aborto, higiene e saúde, desreguladores hormonais, educação sexual, meio ambiente e saúde, biotecnologia e saúde, agrotóxicos etc.

Considerações Finais

Ao realizarmos este estudo procuramos responder alguns questionamentos apresentados no início deste texto. O que sabemos sobre as DTs em Ensino de Biologia que versam sobre questões relacionadas à **Educação e/em Saúde**?

Em relação à concepção de educação em saúde adotada pelo conjunto de trabalhos examinadas na pesquisa, identificamos dois dos três níveis da relação saúde-doença mencionadas por Silveira e Castellani (1990). Em alguns estudos identificamos a visão da relação saúde-doença como processo biológico (1º nível) e, na maioria dos trabalhos, percebemos um enfoque sobre o fenômeno saúde-doença como problema social (3º nível), ou seja, a saúde é resultante das formas pelas quais a sociedade se organiza e se preocupa em determinar qual é a problemática de saúde que dela emerge num determinado momento histórico. Assim, podemos afirmar que temos uma produção acadêmica que se caracteriza por uma abordagem mais abrangente do conceito de saúde, tomando as relações educação-saúde no contexto social, político, econômico e cultural visando a mudança de comportamento para a promoção da saúde. Ao analisarem os trabalhos em ES apresentados nos ENPEC's, Mohr e Venturi (2013) também identificaram que os estudos centram-se fortemente em estratégias para a promoção de saúde e na mudança de comportamentos e atitudes dos alunos. Os autores atribuem esta forma de encarar a ES à forte ligação de origem com o setor e os profissionais de saúde e como a ES é tratada nos PCNs.

No entanto, essa produção de DTs nos mostra que a educação em saúde encontrada nas

escolas, é praticamente inexistente, de modo que o ensino de saúde ocorre de forma planejada e pontual dentro da disciplina Ciências ou Biologia (conforme o currículo), ou esporadicamente quando há demanda pelo contexto social, porém, na maioria das vezes acontece sob o enfoque biológico da relação saúde-doença. Tais estudos atribuem essa situação ao modo como os conteúdos são abordados nos livros didáticos, uma vez que os manuais tendem a trazer uma abordagem reducionista do assunto. A deficiência na formação inicial e continuada dos professores também é apontada como responsável pela ineficácia do ES na escola. Segundo Mohr e Venturi (2013), a formação inicial de professores de Ciências e Biologia é embasada pelos aspectos morfo-fisiológicos envolvidos no processo saúde-doença e os aspectos relativos à educação em saúde ficam a desejar, bem como aqueles relacionados à Didática das Ciências. Essa deficiência faz com que o professor se sinta incapaz de desenvolver atividades de ES na escola.

Referências

- BRASIL. SEF. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais / Secretaria de Educação Fundamental**. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- BRASIL. MS. **Conferência Nacional de Saúde, 8ª**, 1986. Relatório Final. Brasília: MS, 1987.
- BATISTELLA, C. Abordagens contemporâneas do conceito de saúde. In: FONSECA, A. F.; CORBO, A. M. D. (Orgs.) **O território e o processo saúde-doença**. Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz, 2007.
- FRANÇA, V. H. **As Leishmanioses em escolas do ensino básico de Divinópolis: análise de livros didáticos de Ciências e Biologia e das representações sociais de professores sobre o tema**. Belo Horizonte, 2011. Centro de Pesquisas René Rachou/Fiocruz. Dissertação de Mestrado.
- MEGID NETO, J. **Tendências da pesquisa acadêmica sobre o ensino de ciências no nível fundamental**. 1999. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.
- _____. Origens e desenvolvimento do campo de pesquisa em Educação em Ciências no Brasil. In: NARDI, R.; GONÇALVES, T. V. O. **Pós-graduação em Ensino de Ciências e Matemática no Brasil: memórias, programas e consolidação da pesquisa na área**. São Paulo: Ed. LF, 2014.
- MOHR, A.; VENTURI, T. Fundamentos e objetivos da educação em saúde na escola: contribuições do conceito de alfabetização científica. CONGRESO INTERNACIONAL SOBRE INVESTIGACIÓN EM DIDÁCTICA DE LAS CIÊNCIAS, 9, Girona/ES. **Atas...** Girona, 2013, p. 2348-2352.
- MOHR, A. **A natureza da educação em saúde no ensino fundamental e os professores de ciências**. Santa Catarina. 2002. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina.
- SCHALL, V. T.; STRUCHINER, M. Educação em saúde: novas perspectivas. **Cad. Saúde Pública** [online]. Rio de Janeiro, v.15, suppl.2, pp. S4-S6. 1999.
- SILVEIRA, G. T.; CASTELLANI, B. R. A abordagem de saúde no contexto do ensino de Biologia. In: **Ensino de Biologia: dos fundamentos à prática**. São Paulo: SE/CENP, 1990.
- SOARES, M. B.; MACIEL, F. **Alfabetização**. Brasília: MEC/INEP/COMPED, 2000.
- TEIXEIRA, P. M. M. **Pesquisa em Ensino de Biologia no Brasil (1972-2004): um estudo baseado em dissertações e teses**. Campinas, 2008. Tese (Doutorado)- Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas.
- _____. **35 anos da produção acadêmica em Ensino de Biologia no Brasil: catálogo analítico de dissertações e teses (1972-2006)**. Vitória da Conquista: Edições Uesb, 2012.
- TEIXEIRA, P. M. M.; MEGID NETO, J. Pós-Graduação e pesquisa em ensino de Biologia no Brasil: um estudo baseado em dissertações e teses. **Ciência & Educação**, v. 17, n. 3, 2011, p. 559-578.